



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## INTERPELAÇÃO ESCRITA

### Novo contrato de transporte colectivo rodoviário de passageiros

Com a sua prorrogação, em Outubro findo, por mais catorze meses, o prazo dos contratos celebrados com as duas empresas de autocarros caduca em finais do corrente ano, mas os pormenores do novo contrato só vão ser conhecidos até 15 de Agosto próximo<sup>1</sup>, segundo o Secretário para os Transportes e Obras Públicas, em declarações à imprensa.

Isto resulta do facto de não terem as autoridades chegado a um consenso nas negociações com as empresas, cujos pormenores em concreto não podem ser ainda adiantados<sup>2</sup>, mas em 23 de Março, em resposta a uma interpelação de um colega meu, afirmavam as autoridades que necessitavam de tempo para negociar com as empresas e que os seus pormenores iam ser atempadamente publicitados, logo que chegassem a acordo. Para atender às necessidades e opiniões do público, as autoridades iam ter em consideração, nas negociações, a situação nas suas mais variadas vertentes, adoptando uma atitude de abertura para qualquer tipo de solução<sup>3</sup>. Sendo os serviços de transporte público uma das mais relevantes vertentes da política de transporte terrestre, e não sendo uma área tão apetecível e tentadora para os investidores do exterior como a concessão dos jogos de fortuna ou azar,

---

<sup>1</sup> Jornal "Lek Pou", de 07 de Maio de 2020.

<sup>2</sup> Jornal "Today Macau", de 19 de Outubro desde 2019.

<sup>3</sup> <https://al.gov.mo/uploads/attachment/2020-04/770785e86f77a5453a.pdf>.



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

custa a acreditar que os pormenores do novo contrato tenham de ser mantidos em sigilo.

Refere-se, no relatório n.º 3/VI/2019, da Comissão para o Acompanhamento dos Assuntos de Finanças Públicas, a que pertenço, que em relação à percentagem entre a assistência financeira concedida pelo Governo às companhias de autocarros e os custos do referido transporte, deve o Governo definir objectivos de longo prazo, por exemplo, reduzir, manter ou aumentar a percentagem desta assistência financeira<sup>4</sup>. Deve-se definir no novo contrato um objectivo de longo prazo, com base num correspondente mecanismo científico de assistência financeira, para que haja uma aplicação com razoabilidade dos fundos públicos. Há que definir ainda critérios para o ajustamento das tarifas e não quando o Governo assim o entenda, bem como rever o mecanismo de avaliação da qualidade dos serviços para estimular as empresas a servirem com mais dedicação os passageiros.

Mais, tendo implicações com a política de transporte terrestre de longo prazo, no novo contrato também devem ser definidas formas que estimulem as empresas a substituírem os actuais veículos por outros movidos por novas energias, bem como ajustar e aumentar adequadamente alguns itinerários para esses novos tipos de veículos, articulando-se com as ligações do metro ligeiro. Com a generalização das técnicas do transporte inteligente e do uso de megadados, uma tendência em voga, tanto em Pequim, como em Shenzhen e Taiwan, já foi lançado o sistema de “utilização de cartão à entrada e saída do veículo” para a recolha de dados sobre as paragens

<sup>4</sup> <https://al.gov.mo/uploads/attachment/2019-08/809695d4d2fd3a0eb6.pdf>.



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

utilizadas pelos passageiros, de forma a servir como referência nos futuros planeamento e ajustamento dos itinerários. À primeira vista, parece ser muito incomodativo, mas são muito úteis para elevar a eficiência dos serviços de transporte público. O Governo deve ainda integrar esse assunto nas negociações, para se poder lançar gradualmente medidas que beneficiem o melhoramento do transporte inteligente.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. Em resposta a uma interpelação de um colega meu, afirmam as autoridades que os pormenores do novo contrato vão ser publicitados em tempo oportuno. Faltam menos de dois meses para chegar esse dia de Agosto que o Governo indicou para o fecho do contrato. Será agora a altura própria para publicitar os seus pormenores? Em caso afirmativo, quais são eles em concreto? E, em caso negativo, quando é que vão ser divulgados? Mais, adiantou o Governo nessa resposta que ia ter em consideração, nas negociações, a situação nas suas mais variadas vertentes, adoptando uma atitude de abertura para qualquer tipo de solução. Já que a atitude é de abertura, vai o Governo criar um mecanismo para a recolha das queixas e opiniões sobre os serviços prestados e integrá-las no novo contrato?
2. Vai o Governo definir o objectivo de longo prazo e o mecanismo da actualização da assistência financeira, com base em dados científicos, e o mecanismo de actualização das tarifas? Vai o Governo alargar o âmbito e a frequência dos inquéritos sobre a avaliação dos serviços de transporte público, por forma a estimular



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

as empresas a servirem os passageiros com mais dedicação e afinco?

3. Vai o contrato definir medidas que beneficiem o transporte terrestre e o transporte inteligente de longo prazo, nomeadamente, medidas que promovam a substituição pelas empresas de autocarros de alguns dos actuais veículos por outros movidos por novas energias, que ajustem adequadamente e concebam itinerários para se articularem com as linhas do metro ligeiro, e que estudem, tendo como referência os exemplos de Pequim, Shenzhen e Taiwan, a criação de um sistema de registo à entrada e saída do veículo para a recolha de dados sobre as paragens utilizadas pelos passageiros, de forma a servir de base para o planeamento e o ajustamento futuros dos itinerários?

**03 de Julho de 2020**

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,**

**Lam lok Fong**